

Regimes de extrema-direita não se sustentam pela racionalidade. Os exemplos históricos mais extremos são a Itália de 1922 e a Alemanha de 1933.

Em ambas as desastrosas experiências, o injustificável só se viabilizou por falsas crenças, repetidas até se tornarem amplos sentidos comuns.

Nas periferias do mundo, esse drama se repete: na África do Sul do "apartheid"; na Palestina ocupada por Israel e no Brasil sob Bolsonaro, um dos maiores exportadores agrícolas do mundo, mas onde aproximadamente 32 milhões de pessoas estão passando fome.

Nesse sentido, a divulgação sistemática de desinformação (as chamadas "fake news") deve ser entendida como instrumental a esse tipo de regime, não mera ocorrência.

Cada vez mais frequentemente, a manutenção ou a desestabilização do poder político de uma nação depende da narrativa que se consegue construir para justificar decisões e propostas que, na prática, reduzem a qualidade de vida das pessoas, ao invés de garantir o Bem Comum.

As próprias estratégias de guerra evoluíram para novas modalidades (guerras híbridas e bombardeios cibernéticos) atacando e comprometendo os fluxos de dados, manipulando informações e consolidando narrativas populares para a criação do inimigo.

Também no Brasil, um discurso político populista interessado na manutenção do poder e na consolidação de ideais de extrema direita visa a criar mitos, lendas, crenças e, em última instância, credos que ofusquem a visão dos oprimidos e não lhes permitam visualizar a opressão, muito menos identificar as causas dela.

Dessa forma, todo aquele e aquela que tentar romper essa cortina de fumaça, fundada em mentiras, será considerado inimigo ou inimiga, fadados a sofrer todo tipo de sanção do regime e das bases de sustentação dele, cada dia mais armadas e violentas, na medida em que o ocaso eleitoral se prefigura mais próximo e inexorável.

Esta estratégia, que consolida um clima difuso de agressividade, baseia-se em estudos consistentes sobre a manipulação coletiva das emoções, experimentados com sucesso nos anos recentes em vista da manipulação do voto popular, seja em eleições governamentais ou em referendos. Esta é uma das características fundamentais da crise profunda em que se encontram mergulhadas as democracias representativas liberais no mundo contemporâneo. É comum alimentar propositalmente um sentimento de medo e ameaça, ainda mais desestabilizador em tempos de crise e insegurança sobre o futuro, levando as pessoas a confiarem em posições radicais de quem afirma defender a segurança aumentando a circulação de armas, ou ameaçando e eliminando os adversários, apresentados como inimigos.

Isso tem acontecido frequentemente, inclusive contra a Igreja, todas as vezes que -em sintonia com o magistério profético de Papa Francisco- toma posição clamando por uma política de promoção e defesa do Bem Comum.

Neste sentido, vemos aumentar cada vez mais, nas últimas semanas, os discursos de ódio, violências e ameaças a bispos, presbíteros, leigos e leigas.

Trata-se de ataques orquestrados e interconectados, visando desqualificar de modo sistemático a imagem e as posições de determinadas pessoas que se posicionam contra o referido projeto de poder, ou o desmascaram. Acontecem principalmente através das redes sociais, sendo veiculados também, lamentavelmente, por canais youtube de movimentos católicos ultraconservadores, a respeito dos quais ainda não houve posicionamentos firmes da hierarquia da Igreja no Brasil.

Em não poucas situações, estes ataques se transformam também em ameaças diretas à segurança e à vida dos atacados.

É difícil definir qual seria a atitude mais prudente, eficaz e firme para responder a estes ataques. Em alguns casos, tem funcionado a estratégia da denúncia por calúnia e difamação; em outros, avaliou-se melhor não oferecer oportunidades para elevar ainda mais a polêmica dando-lhe visibilidade.

Apesar dessa dificuldade, em todas as situações, as pessoas caluniadas ou ameaçadas se sentem sozinhas, enfraquecidas e frágeis. Desta forma, se tornam essenciais manifestações institucionais e pessoais e sobretudo públicas de solidariedade, defesa e suporte delas. A voz da Igreja tem que se fazer ouvir. Ela deve se posicionar para não deixar isolados aqueles que tiveram a coragem de se manifestar colocando-se em defesa do bem comum.

Estes últimos meses antes das eleições provavelmente trarão um cenário de agudização da violência e elevação do discurso de ódio.

É preciso prudência e sabedoria, mas também coragem e firmeza, para “não deixar morrer a profecia”.

Merece destaque o projeto “Encantar a Política”, iniciativa de um conjunto de entidades ligadas à Igreja.

O Caderno já publicado está sendo muito divulgado e está provocando várias outras iniciativas e ações públicas para a defesa da democracia, da liberdade de expressão e da Doutrina Social da Igreja.

Vivemos um tempo especial. Ano de eleições gerais em que se decide muito mais do que quem serão os dirigentes do país nos próximos quatro anos. A responsabilidade social da Igreja é enorme. O antídoto contra essa onda de violência não pode ser outro senão o nosso renovado compromisso com o Evangelho e com os ensinamentos do Papa Francisco. A Igreja no Brasil não pode se omitir nesta hora decisiva para o futuro de nosso país.